

“O Brasil fica bem perto daqui” ou o que nomes de urna podem revelar sobre a política brasileira

“Brazil is around here” or what ballot names can reflect about Brazilian politics

Cássio Morosini* 

Eduardo Tadeu Roque Amaral** 

RESUMO: Este artigo tem como objetivo investigar os nomes de urna utilizados por candidatos eleitos ao cargo de vereador em 12 municípios de Minas Gerais. A pesquisa apresenta um diálogo entre a Antroponomástica (Amaral; Seide, 2020), Sócio-Onomástica (Ainiala, 2016) e clássicos da sociologia brasileira, como *Raízes do Brasil* (Holanda, 1936) e *O que faz o Brasil, Brasil?* (Damatta, 1986), que discutem a confusão entre as esferas pública e privada na sociedade brasileira e o uso de vínculos afetivos como mecanismo político. Para isso, são analisados os nomes de urna de 194 vereadores eleitos nas eleições de 2024, abrangendo a capital, Belo Horizonte, e 11 municípios do interior do estado. Os dados foram coletados a partir do Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e analisados manualmente. Os resultados indicam uma grande diversidade na maneira como nomes de urna se apresentam. Embora seja forte a presença de nomes semelhantes ao registro civil dos candidatos, há grande frequência de apelidos e referências locais, especialmente em municípios do interior. Argumentamos que essas escolhas demonstram um esforço dos candidatos em construir ou manter uma imagem de proximidade com o eleitor. A pesquisa permite concluir que, mais do que estratégias individuais, os nomes de urna são reflexos de traços estruturais da política brasileira, nos quais o pessoal e o público se entrelaçam.

PALAVRAS-CHAVE: Nome de urna. Eleições. Sócio-onomástica.

ABSTRACT: The aim of this article is to investigate the ballot names used by candidates elected to the position of councillor in 12 municipalities in Minas Gerais. The research presents a dialog between Anthroponomastics (Amaral; Seide, 2020), Socio-Onomastics (Ainiala, 2016) and classics of Brazilian sociology, such as *Raízes do Brasil* (Holanda, 1936) and *O que faz o Brasil, Brasil?* (Damatta, 1986), which discuss the confusion between the public and private spheres in Brazilian society and the use of affective bonds as a political mechanism. For this purpose, we analyzed the ballot box names of 194 councillors elected in the 2024 elections, covering the capital, Belo Horizonte, and 11 municipalities in other regions of the state. The data was collected from the Open Data Portal of the Superior Electoral Court (TSE) and

* Mestre em Estudos Linguísticos. Doutorando em Estudos Linguísticos (Universidade Federal de Minas Gerais). cassio.bmorosini@gmail.com.

** Doutor em Letras. Professor Titular (Universidade Federal de Minas Gerais). eduamaralbh@gmail.com.

analyzed manually. The results indicate a great diversity in the way ballot box names are presented. Although there is a strong presence of names similar to the candidates' civil registration, there is a high frequency of nicknames and local references, especially in smaller municipalities. We argue that these choices demonstrate an effort by the candidates to build or maintain an image of proximity to the voter. The research allows us to conclude that, more than individual strategies, the ballot box names are reflections of structural features of Brazilian politics, in which the personal and the public are intertwined.

KEYWORDS: Ballot name. Elections. Socio-Onomastics.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo investigar o uso de nomes de urna por candidatos ao cargo de vereador em 12 municípios do estado de Minas Gerais. Diversos estudos sobre os nomes de urna demonstram diferentes questões pertinentes a esses antropônimos. O trabalho de Amaral e Machado (2015) mostra, em sua análise dos nomes de urna e nomes parlamentares de candidatos a vereador no município de Ouro Preto (MG), como há uma tendência em se deixar como nome de urna o nome pelo qual aquele indivíduo é conhecido na cidade. Assim, mesmo que existam casos em que o nome de urna seja o mesmo que o nome de registro civil, diversas questões podem explicar a escolha por seguir o caminho oposto. É possível perceber, assim, a forte presença de apelidos e hipocorísticos.

Em outro estudo, ao comparar a formação de nomes de urna em diferentes eleições, abarcando um período de 2002 a 2018, Amaral e Coutinho (2022) demonstram como cresce o uso de antropônimos que divergem do nome do registro, havendo um aumento de apelidos e hipocorísticos, bem como de nomes que indicam um cargo como *professor(a)* ou uma patente militar (*cabo, sargento*, entre outros). Esses dados são interessantes por serem capazes de ilustrar o *zeitgeist* político do Brasil ao longo dos anos. O crescimento no uso de patentes militares é um exemplo claro do fortalecimento da extrema-direita na política brasileira, especialmente após as eleições de 2014 e o subsequente golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff. O crescimento simultâneo do uso do cargo *professor*, por outro lado, pode representar uma tentativa

de contrapartida da esquerda, como que colocando professores e militares em campos diametralmente opostos no discurso político.

Esses exemplos demonstram como o estudo dos nomes de urna podem ser relevantes de um ponto de vista sócio-onomástico. Assim, este artigo busca somar-se a esses trabalhos e trazer outras questões que complementem todas as descobertas feitas recentemente nesse campo. O objetivo deste trabalho é avaliar, dentro do estado de Minas Gerais, como estão dispostos os nomes de urnas de candidatos a vereador em municípios de diferentes regiões do estado. Buscamos comparar municípios do interior do estado com a capital, Belo Horizonte, para verificar se há diferenças nos padrões de nomes de urna escolhidos pelos vereadores eleitos e, caso haja, quão discrepantes elas são. Supomos que os nomes de urna de vereadores podem apresentar um alto nível de variação, visto que se trata de um cargo em que há maior proximidade dos candidatos com o eleitorado, especialmente se considerarmos municípios do interior, com população menor.

Diante do exposto, buscamos investigar a hipótese de que pode haver maior variação entre os nomes de urna em municípios do interior. Além disso, buscamos identificar elementos desses nomes que sejam empregados como forma de expressar proximidade entre candidato e eleitorado, como apelidos e nomes que se refiram a outros elementos particulares de um município, como estabelecimentos comerciais ou bairros específicos. Para alcançar o objetivo proposto, lançamos mão de pressupostos da Sócio-Onomástica (Ainiala, 2016), que é um campo de pesquisa que busca compreender como diferentes questões sociais afetam a formação de nomes próprios, bem como de textos teóricos a respeito do desenvolvimento político do Brasil e suas idiossincrasias (Holanda, 2014 [1936]).

O texto está organizado da seguinte forma: primeiramente, realizamos uma apresentação sobre princípios que norteiam o campo da Onomástica, bem como algumas considerações, não exaustivas, a respeito da tipologia dos antropônimos no português brasileiro. Em seguida, na seção 2, discutimos algumas questões do

pensamento social brasileiro pertinentes a esta pesquisa. Na seção 3, apresentamos a metodologia para, na seção 4, discorrermos sobre os nomes de urna empregados nos municípios mineiros analisados neste estudo. Na seção 5, expomos uma discussão geral a respeito dos dados demonstrados na seção 4 e, posteriormente, são apresentadas as conclusões.

2. Onomástica e a tipologia dos antropônimos

De modo geral, a Onomástica compreende uma área dos estudos linguísticos que se ocupa de investigar os nomes próprios, dividindo-se em diferentes subáreas, sendo as mais pesquisadas a Toponomástica e a Antroponomástica. A primeira analisa os nomes próprios atribuídos a locais no mundo, enquanto a segunda busca analisar os nomes próprios relativos a seres humanos, sendo essa a subárea em que este trabalho se insere. Amaral e Seide (2020) definem nomes próprios, de modo geral, como:

unidades linguísticas desprovidas de traços semânticos identificadores de classe, que fazem parte do repertório linguístico do falante, possibilitando-lhe fazer referência a uma entidade única em um universo de conhecimento (Amaral; Seide, 2020, p. 57).

Com relação aos nomes próprios de pessoa, ou antropônimos, os autores definem uma série de diferentes tipos, dos quais alguns, relevantes para este trabalho, são descritos no Quadro 1:

Quadro 1 - Tipologia dos antropônimos.

Categoria	Definição
Prenome	Primeiro nome (também primeiro nome ou Nome de registro civil), é o nome que antecede o sobrenome, podendo ser simples, composto ou justaposto.
Sobrenome	Elemento que sucede o prenome, também sendo chamado de “nome de

	família”.
Agnome	Um tipo especial de nome que revela um aspecto de parentesco. Engloba nomes como “Filho”, “Júnior”, “Segundo”, etc.
Apelido (ou alcunha ou cognome)	Nome normalmente atribuído ao indivíduo por outrem a partir de alguma caracterização física ou psicológica.
Hipocorístico	Nome formado a partir do prenome do portador. Por exemplo, “Chico” sendo usado para se referir a um indivíduo chamado “Francisco”.
Pseudônimo	Antropônimo empregado por um indivíduo no lugar do seu nome civil. É comumente empregado, por exemplo, por escritores que assinam usando um nome diferente do seu.
Nome de urna	Antropônimo usado pelo indivíduo para concorrer a um cargo executivo ou legislativo durante o período das eleições.

Fonte: Amaral e Seide (2020).

O nome de urna, no Brasil, diz respeito a um antropônimo escolhido em um contexto muito específico. Durante o processo eleitoral, o candidato a um cargo público tem direito a escolher o antropônimo que será utilizado na campanha. O artigo 25 da Resolução nº 23.609/2019 dispõe sobre a formação do nome de urna:

O nome para constar da urna eletrônica terá no máximo 30 (trinta) caracteres, incluindo-se o espaço entre os nomes, podendo ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual o candidato é mais conhecido, desde que não se estabeleça dúvida quanto a sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente (Tribunal Superior Eleitoral, 2019).

Assim, ainda que haja restrições à formação do nome de urna, as diretrizes mantêm amplas as possibilidades de escolha do candidato, possibilitando o uso de apelidos, nomes abreviados etc. Outra resolução importante diz respeito à proibição do uso de órgãos públicos no nome, que está vigente desde 2014. Essa decisão foi tomada para evitar que candidatos usem de um cargo na administração pública, por exemplo, para atingir algum eleitorado específico, impedindo que esses órgãos sejam usados para a promoção do indivíduo enquanto figura política. É relevante tratar também de uma restrição imposta pelo TSE à adoção de nomes que representem exclusivamente grupos ou coletivos (Amaral, 2023). Trataremos novamente desse assunto adiante. Assim, nota-se que o nome de urna é um tipo de antropônimo estabelecido por lei, que será usado por poucos indivíduos durante um período específico (Amaral; Coutinho, 2022).

Ainda com relação aos aspectos teóricos, a Sócio-Onomástica estuda os nomes partindo da noção de que eles não são somente parte de uma língua, mas existem a partir da interação entre pessoas, uma comunidade linguística e o ambiente em que circulam (Ainiala, 2016). Assim, entre os objetivos dessa área, está o estudo do uso de nomes a partir de uma perspectiva social, cultural e situacional partindo de pressupostos da sociolinguística.

O termo Sócio-Onomástica foi empregado pela primeira vez pelo pesquisador Hans Walther (1971), que definiu os objetivos dessa área de estudo como os seguintes: i) o estudo da origem social e o uso de diferentes variantes de nomes próprios em situações e contextos distintos; ii) [o estudo dos nomes] considerando o nomeador, o portador e o usuário do nome (Walther, 1971). Assim, a Sócio-Onomástica considera que a atribuição de nomes não é algo estático, mas está em constante mudança e varia de acordo com diferentes aspectos sociais que podem ser investigados pelo pesquisador.

Com relação à variação situacional, Ainiala (2016) afirma que os nomes próprios podem variar de acordo com a situação em que são usados. Assim, uma pessoa pode

adotar diferentes antropônimos em diferentes contextos de sua vida, o que fica claro ao notar-se a grande variação que ocorre nos nomes de urna no Brasil.

3. A política no Brasil e o pensamento social brasileiro

Em *Raízes do Brasil*, obra publicada inicialmente em 1936, o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda (2014 [1936]) disserta sobre diversas questões peculiares à formação da sociedade brasileira. Com relação ao âmbito governamental, o autor discorre sobre os problemas oriundos da falta de separação entre questões públicas e privadas. O autor discute como a própria noção de governo é, em teoria, algo fundamentalmente separado do que se entende enquanto família. A família é a representação máxima do âmbito privado, em que operam escolhas pertinentes ao ambiente individual de um grupo de pessoas; seus costumes, tradições e regras. O Estado, por outro lado, representaria o total distanciamento do que se opera no âmbito privado: é apenas deixando de se olhar para uma pessoa de uma perspectiva familiar, tirando o sujeito dessa esfera, que se forma o cidadão, i.e., o indivíduo enquanto ser que habita uma sociedade.

Contudo, diferentes questões históricas que permeiam o pensamento social brasileiro fazem com que essas coisas operem de forma bastante distinta no país. Frequentemente, o que pertence ao âmbito público e o que pertence ao âmbito privado se confundem, sendo comum — até os dias atuais — que questões políticas sejam tratadas como questões familiares, tanto de um ponto de vista da práxis política quanto de um ponto de vista discursivo. A respeito da escolha de pessoas para exercer cargos públicos, o autor pontua:

A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático (Holanda, 2014 [1936]).

Holanda (2014 [1936]) ainda discorre sobre essa questão em outros âmbitos, discutindo até mesmo sobre como os antropônimos são usados; comenta que o uso excessivo do prenome, em detrimento do sobrenome, advém de uma prática portuguesa, mas agravou-se fortemente no Brasil, sendo até motivo de escárnio por parte dos portugueses. O autor descreve como o uso do sobrenome é um traço de formalidade forte nas sociedades europeias, sendo o prenome associado a uma relação mais íntima (entre amigos, familiares etc.).

No Brasil, contudo, o sobrenome é pouco utilizado até mesmo em contextos muito formais. A esse respeito, ele afirma que essa escolha pelo prenome nos diferentes âmbitos da vida social pode ser indicativo de um desejo de se “abolir psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de haver famílias diferentes umas das outras” (Holanda, 2014 [1936], p. 178). Entendemos, portanto, que o que existe no Brasil é um modelo social em que se tenta mascarar as diferenças entre estratos sociais através de recursos que os aproximem, o que não significa que essas distâncias tenham deixado de existir na materialidade. Em resumo, essas questões todas são indicativas de um modo de agir no mundo que parte sempre de uma ética de fundo emotivo.

Em sua conhecida obra de 1986, *O que faz do brasil, Brasil?*, Roberto Damatta discorre, entre outras questões, sobre o *jeitinho brasileiro*, demonstrando como essa ideia, que dispõe sobre a maleabilidade das leis e das instituições, está profundamente enraizada no pensamento do povo brasileiro. Segundo o autor, existe o indivíduo, *i.e.*, o cidadão sobre quem atuam as leis, e a pessoa, sujeito das relações sociais que conduz o sistema (Damatta, 1986). Essa divisão postulada por Damatta reforça um paradoxo a partir do qual a sociedade brasileira se estrutura, sendo ele um desenvolvimento daquilo apontado por Holanda (2024 [1936]); uma organização social em que o público e o privado se confundem continuamente. Mais especificamente, é pertinente discutir o *jeitinho brasileiro* ao se tratar dos nomes de urna por conta da maneira como essa ideia é mobilizada no cotidiano brasileiro.

Em uma situação em que a lei, por exemplo, impediria a realização de uma atividade, o brasileiro, conforme descreve Damatta (1986), busca sempre “dar um jeito” de contornar os impedimentos. Seja em uma fila grande, um prazo perdido ou a falta de um documento para um processo em uma repartição pública, é quase que esperado que o indivíduo busque alguma forma de conseguir aquilo que almeja. Por vezes, pode-se recorrer a um conhecido que trabalha no estabelecimento, ou até mesmo a algum poder de autoridade perante aquela localidade: o famoso “você sabe com quem está falando?”.

Apesar de, à primeira vista, essas ideias parecerem deslocadas neste trabalho, argumentamos que elas partem do mesmo princípio que norteia diversas outras questões no Brasil, entre elas, as eleições. A partir do trabalho dos autores supracitados, é possível entender porque certas questões são mobilizadas como ferramenta de marketing político no Brasil. No Brasil, a ideia de se votar em um político conhecido ou a partir do qual o eleitor consegue sentir a existência de um vínculo afetivo pode ser explicada também pelo *jeitinho*, *i.e.*, por uma noção de que aquela pessoa não tratará seu eleitorado com a distância que normalmente exige a execução de um trabalho na administração pública, mas com a proximidade que aquele suposto laço afetivo permitiria.

Como mencionado na seção 1, o trabalho de Amaral (2024) notou também estratégias usadas para burlar a restrição do TSE à adoção de nomes de urna compostos somente de nomes de grupos e coletivos. Em uma análise a respeito de dados anteriores à eleição de 2022, Amaral (2022) havia identificado 130 nomes de urna que incluíam o item *Coletivo* e 59 nomes que incluíam o item *Mandato*, como em *Coletivo Diversos*, *Coletivo Elas*, *Mandato Coletivo* e *Mandata Trans Coletiva*". Após a restrição supracitada, diversos candidatos fizeram o registro utilizando seus nomes pessoais e o nome do grupo, como em *Marina Coletivo Mantiqueira* e *Rubinho Coletivo Raízes* e até mesmo *Mandata Feminista Bem Viver Be* ou *Mandato Coletivo Bem Viver Thi* (Amaral, 2024). Assim, é possível notar como o *jeitinho* está profundamente enraizado nas

práticas sociais do Brasil, sendo possível notar sua presença até mesmo na maneira como nomes de urna são apresentados de modo a burlar um mecanismo legal de impedimento do uso de determinados nomes.

O estudo de Amaral e Machado (2015) é muito importante para este trabalho, pois os autores demonstram como estão dispostos os nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores em um município do interior de Minas Gerais. Através desse trabalho, é possível perceber que o fato de haver poucas regras no que diz respeito ao estabelecimento dos nomes de urna e nomes parlamentares, existe uma grande diversidade em sua ocorrência. É possível notar a forte presença de apelidos e hipocorísticos que representam como essas pessoas são conhecidas na cidade. Argumentamos que há uma ligação entre esse fenômeno e a questão do patrimonialismo tratada de modo tão exaustivo por historiadores e sociólogos que se debruçam sobre os meandros da política brasileira, o que será tratado na próxima seção. É possível identificar nos antropônimos escolhidos um desejo dos parlamentares por se aproximarem de seu eleitorado, evocando uma imagem que não está calcada na execução eficiente do trabalho público, mas em um componente afetivo. Assim, essa afetividade pode ser responsável por gerar confiança nos eleitores de que aquela pessoa tratará dos problemas da cidade como se fosse algo pessoal. Mais uma vez, fica clara a falta de separação entre as esferas pública e privada.

4. Metodologia

Para compor a amostra deste trabalho, selecionamos dados de 11 municípios do estado de Minas Gerais. A escolha foi feita a partir da divisão de mesorregiões do estado realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para obter uma amostra aleatória de municípios, optamos por selecionar, primeiramente, a capital Belo Horizonte, e em seguida o primeiro município que dá nome à primeira microrregião de cada mesorregião do estado. Para ilustrar esse processo, dispomos os

municípios que compõem a mesorregião denominada Noroeste de Minas no Quadro 2.

Quadro 2 - Mesorregião Noroeste de Minas.

Código da mesorregião	Nome da mesorregião	Código da microrregião	Nome da microrregião	Municípios
01	Noroeste de Minas	01	Unaí	Arinos
				Bonfinópolis de Minas
				Buritis
				Cabeceira Grande
				Dom Bosco
				Formoso
				Natalândia
				Unaí
				Uruana de Minas
		02	Paracatu	Brasilândia de Minas
				Guarda-Mor
				João Pinheiro
				Lagamar
				Lagoa Grande
				Paracatu

				Presidente Olegário
				São Gonçalo do Abaeté
				Varjão de Minas
				Vazante

Fonte: Instituto Nacional de Geografia e Estatística, 1990.

Para a mesorregião Noroeste de Minas, por exemplo, optamos por selecionar o município de Unaí, que dá nome à microrregião Unaí, e conta com o código 01. Repetimos esse processo para cada região do estado, de modo a obter dados randômicos que representassem cada uma das regiões do estado, o que permite uma análise confiável dos dados. A escolha por essa delimitação advém do escopo deste trabalho, considerando o número extenso, de 853 municípios, que fazem parte do estado de Minas Gerais. Foram selecionados os seguintes municípios: Belo Horizonte; Unaí; Januária; Diamantina; Teófilo Otoni; Ituiutaba; Três Marias; Guanhanes; Piumhi; Passos; Lavras; Ponte Nova.

Após essa seleção, acessamos a planilha com as informações sobre todos os candidatos às eleições municipais de 2024 no Portal de Dados Abertos do TSE¹. Na planilha, recuperamos os nomes de registro e nomes de urna de todos os candidatos eleitos para realizar a análise. A escolha por analisar apenas os candidatos eleitos se justifica de duas formas: primeiramente, pela extensa quantidade de candidatos, o que tornaria a análise manual de cada nome inviável de acordo com o propósito deste artigo; segundo, observar os candidatos eleitos permite que analisemos os dados daqueles candidatos cujas campanhas foram bem-sucedidas, o que pode ocorrer por diversos fatores. Assim, observar se há padrões que se repetem entre os nomes de urna

¹ <https://dadosabertos.tse.jus.br/>

de candidatos eleitos em diferentes regiões do estado poderia permitir o estabelecimento de hipóteses a respeito da influência desses nomes no eleitorado.

5. Análise dos dados

No total, foram selecionados 194 nomes de urna para esta análise, estando sua distribuição disposta na Tabela 3.

Tabela 3 - Municípios selecionados e número de vereadores.

Municípios	Número de vereadores
Belo Horizonte	41
Teófilo Otoni	19
Ituiutaba	17
Lavras	17
Januária	15
Unaí	15
Diamantina	13
Ponte Nova	13
Guanhães	13
Três Marias	11
Passos	11
Piumhi	9
Total	194

Fonte: Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral, 2025.

Para viabilizar esta análise, dividimos os nomes de urna em quatro categorias, sendo elas: i) nome semelhante ao Nome de registro civil (podendo ser somente o prenome, ou prenome + sobrenome), como no exemplo 1; ii) apelido ou hipocorístico,

conforme exemplo 2; iii) prenome ou apelido seguido de modificadores que fazem referência a alguma entidade (normalmente através da preposição “de”, mas nem sempre), como referência a um bairro, estabelecimento ou uma terceira pessoa, tal como se vê no exemplo 3; iv) cargo ou profissão, como “professor...”, como no exemplo 4.

(1) Nome de registro civil: Thiago Rocha Bellico

Nome de urna: Thiago Bellico

(2) Nome de registro civil: Francisco Tomaz de Oliveira Filho

Nome de urna: Chiquinho

(3) Nome de registro civil: Sérgio Marcos Franca Cardoso

Nome de urna: Serginho da Agropecuária

(4) Nome de registro civil: Diego Ramiro da Silva

Nome de urna: Professor Diego

A quantificação geral dos dados está disposta na Tabela 4.

Tabela 4 - Distribuição geral dos nomes de urna.

Tipo de nome de urna	Número de candidatos
Nome semelhante ao Nome de registro civil	76
Prenome ou apelido seguido de referência	46
Apelido ou hipocorístico	43
Cargo ou profissão	29

Fonte: Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral, 2025.

É possível notar que predominam os nomes de urna semelhantes aos nomes de registro, conforme já observado em estudos anteriores (Amaral; Coutinho, 2022;

Santos, 2024). Contudo, há ainda uma presença marcante de prenomes ou apelidos seguidos de modificadores, bem como de somente apelidos ou hipocorísticos. Antes de comparar os dados de Belo Horizonte com os dados de municípios do interior, apresentaremos uma breve explicação e exemplificação a respeito da distribuição dessas categorias.

5.1 Nomes de urna semelhantes ao Nome de registro civil

Observa-se nos nomes de urna que, em geral, a tendência de manter o padrão [prenome + sobrenome]. Isso ocorre porque é comum que, no Brasil, o indivíduo possua prenome e dois ou mais sobrenomes, sendo um paterno e um materno². Contudo, devido ao limite de caracteres imposto ao nome de urna (Tribunal Superior Eleitoral, 2019), o candidato precisa escolher algum dos nomes. O padrão nesse formato de nome costuma ocorrer como no exemplo 5. Contudo, é possível observar também o padrão [prenome + agnome], como no exemplo 6:

(5) Nome de registro civil: Irlan Chaves de Oliveira Melo

Nome de urna: Irlan Melo

(6) Nome de registro civil: Helton Vieira Fernandes Junior

Nome de urna: Helton Junior

Consideramos, dentro dessa primeira categoria, também aqueles candidatos que possuem nome composto ou justaposto e decidam, ao invés de apresentar [prenome + sobrenome], incluir somente o prenome. No exemplo 7, podemos observar um exemplo de nome justaposto, em que João e Alfredo são elementos do prenome.

² Com as novas configurações familiares contemporâneas, esse costume parece vir se dissipando, ainda que seja necessário pesquisas que comprovem esse fato.

(7) Nome de registro civil: João Alfredo Porto Góes

Nome de urna: João Alfredo

Por fim, incluímos também nessa categoria os candidatos que optaram por incluir somente um prenome simples ou um dos sobrenomes, como ilustra o exemplo 8. Essa atitude talvez seja mais frequente entre aqueles que possuem nomes menos frequentes.

(8) Nome de registro civil: Jussânia Aparecida Santos Silva

Nome de urna: Jussânia

Apesar de compreenderem a maior parte dos dados gerais, há pouco a se explorar nessa primeira categoria de nomes de urna. Há alguns casos curiosos, como o do candidato Pedro Rousseff, de Belo Horizonte, que usa de sua afiliação, por ser sobrinho da ex-presidenta Dilma Rousseff, como forma de autopromoção política. Importante ressaltar, é claro, que esse é o nome verdadeiro do candidato. Contudo, sua campanha política faz forte uso dessa afiliação como forma de legitimação da candidatura, apresentando diversas postagens com a própria Dilma na página pessoal do candidato, por exemplo. Assim, é nítido que a escolha por esse formato de nome de urna por parte do candidato é também parte de uma estratégia política.

Há nomes curiosos, como o candidato “Getúlio Vargas de Campos Junior”, do município de Três Marias, que utiliza o nome “Getúlio Vargas”, por ser homônimo do conhecido ex-presidente do Brasil, como nome de urna. Contudo, esses exemplos podem ser avaliados somente de um ponto de vista anedótico ou, a depender do caso, através de uma análise mais profunda focada em um caso específico. Como essa discussão foge aos objetivos deste trabalho, optamos por manter o enfoque nas outras categorias de nomes de urna.

5.2 Prenomes ou apelidos seguidos de referência

O segundo grupo é bem mais diverso e possibilita uma análise um pouco mais minuciosa a respeito de como esses nomes estão dispostos. O frequente uso da preposição *de* (e variantes *do, da, dos, das*) permite que o candidato faça referência a uma miríade de entidades, como bairros, distritos, estabelecimentos comerciais, projetos sociais, e até mesmo a uma outra pessoa. Contudo, nem sempre essa preposição ocorre, havendo também casos em que somente um terceiro referente é apresentado, tal como no exemplo 9, em que o referente *Tá Na Hora* indica um restaurante, do qual o candidato possivelmente é proprietário³.

(9) Nome de registro civil: Felipe Nunes da Silva

Nome de urna: Felipe Tá Na Hora

É importante ressaltar mais uma vez que, atualmente, é proibido fazer referências a órgãos da administração pública, então casos que eram comuns em eleições anteriores, como *Jô Soares do INSS* ou *Ivete da Funasa*, descritos por Amaral e Coutinho (2022), não ocorrem nesses dados. Ainda assim, são muitas as referências a estabelecimentos privados e outros tipos de organizações. Muitas vezes, há a referência direta a algum estabelecimento, mas é possível também que exista uma referência vaga, sem que se descreva qual o estabelecimento específico, como ilustram os exemplos 10 e 11, respectivamente.

(10) Nome de registro civil: Leonardo Ângelo da Silva

Nome de urna: Leonardo Ângelo da Itatiaia

(11) Nome de registro civil: Sérgio Henrique Rodrigues Garcia

Nome de urna: Serginho da Rádio

³ Na página eletrônica da Câmara Municipal de Unai ([https://www.unai.mg.leg.br/processo-legislativo/parlamentares-1/felipe ta na hora](https://www.unai.mg.leg.br/processo-legislativo/parlamentares-1/felipe_ta_na_hora)), verifica-se que o político mantém o antropônimo como nome parlamentar.

O exemplo 10 trata do vereador de Belo Horizonte cujo nome de urna foi *Leonardo Ângelo da Itatiaia*. O candidato foi repórter e apresentador da rádio Itatiaia e seu nome faz referência direta à empresa à qual estava vinculado e pela qual era conhecido pela população. Por outro lado, em 11, temos o vereador do município de Unaí, cujo nome de urna foi *Serginho da Rádio*. O elemento vago *Rádio*, em oposição ao referente específico *Itatiaia*, pode se justificar pelo fato de o candidato do exemplo 10 estar em uma capital, enquanto o vereador de 11 pertence a um município do interior, onde possivelmente não é necessário se especificar em que rádio ele trabalha⁴.

Há também referentes que estão ligados a outras atividades realizadas pelos candidatos, como mostra o exemplo 12, que se refere a um candidato também de Unaí, mantém uma página na rede social *Instagram* chamada *Unaí Denuncia*, na qual o candidato afirma mostrar “aquilo que a mídia não mostra”. Lucas apresenta-se, portanto, como uma voz dissonante e um indivíduo preocupado em denunciar aos cidadãos algo que uma suposta mídia estaria tentando esconder. Esse tipo de figura política tem se tornado comum nos últimos anos, especialmente com a ascensão de mídias alternativas no âmbito virtual, onde cidadãos buscam apresentar-se como um contraponto a jornalistas tradicionais, como *outsiders* que têm como objetivo mostrar um suposto “Brasil de verdade” (Cesarino, 2020). Vale destacar que, no exercício do mandato, Lucas mantém o antropônimo *Lucas Unaí Denúncia* como nome parlamentar, conforme se observa na página eletrônica da Câmara Municipal de Unaí⁵.

(12) Nome de registro civil: Lucas Barbosa do Nascimento

Nome de urna: Lucas Unaí Denuncia

⁴ De acordo com o IBGE, o município de Unaí, localizado no noroeste de Minas Gerais, tinha uma população estimada de aproximadamente 90.000 habitantes em 2024.

⁵ Disponível em:

https://www.unai.mg.leg.br/processo-legislativo/parlamentares-1/lucas_unai_denuncia. Acesso em: 23 mai. 2025

Há, ainda, diversas referências a bairros e distritos específicos. O exemplo 13 ilustra um desses casos:

(13) Nome de registro civil: Dijalma da Conceição Ferreira Coelho

Nome de urna: Toco do Inhaí

Em 13, podemos notar que o nome de urna do candidato é composto de um apelido, *Toco*, seguido do sintagma preposicionado *do Inhaí*, que se refere a um distrito do município de Diamantina, na região do Vale do Jequitinhonha.

O processo de formação de nome de urna como o anterior pode ser bastante comum justamente em razão do que se comenta a respeito da falta de separação entre questões públicas e privadas na política brasileira. O sintagma *do Inhaí* faz referência direta ao local onde, possivelmente, reside o candidato, ou ao menos ao local onde é conhecido. O uso desse tipo de estratégia, portanto, é capaz de evocar nos eleitores um sentimento de familiaridade e pertencimento, levando-os a votar nesse candidato específico por acreditarem que, como ele se vincula a uma localidade específica, atuará em favor dessa localidade em seu trabalho parlamentar. A expressão explícita de afiliação a um local ajuda a reforçar essa proposta discursivamente, ou seja, de que o candidato está sendo eleito para defender os interesses não de todo o povo do município — que é a atribuição primordial de um vereador —, mas do grupo de moradores de um local específico.

É possível identificar também a presença de referência a outras organizações e movimentos, como se observa no exemplo 14.

(14) Nome de registro civil: Gilmara Silveira de Oliveira

Nome de urna: Gilmara das Patas Amigas

Nesse caso, a referência não ocorre a uma empresa ou a uma profissão, mas ao trabalho voluntário da vereadora, que participa da organização Patas Amigas, uma instituição sem fins lucrativos, no município de Passos, que busca dar assistência de

diversos tipos aos animais da cidade. Nesse caso específico, é possível argumentar que a referência não trata de atrair o público somente através da familiaridade com um estabelecimento ou uma região da cidade, mas com uma causa social, que é a proteção aos animais. Esse tipo de estratégia, apesar relevante para os estudos onomásticos, ocorre poucas vezes no corpus, sendo os outros exemplos mais numerosos.

Há, por fim, um tipo de nome de urna nessa categoria que também ocorre pouco, mas também possui relevância, que se trata dos nomes que se referem a uma outra pessoa, como demonstrado no exemplo 15.

(15) Nome de registro civil: Warley Alves Souza

Nome de urna: Lu de Miguel

Apenas pelo exemplo (10), não é possível estabelecer de quem se trata o referente Miguel, mas é possível imaginar que seja uma figura proeminente no município e que possui algum tipo de afiliação com o candidato. Outro exemplo semelhante, em Belo Horizonte, é o candidato Pedro Patrus, que é filho de Patrus Ananias — deputado federal e ex-ministro durante o governo Dilma Rousseff —, e usa o prenome do pai em sua campanha.

É possível notar como os exemplos acima tratam do uso de vários referentes, compreendendo, portanto, a categoria mais diversa de nome de urna, cuja variação na estrutura pode ser motivada por diferentes fatores. Esses referentes apontam para uma forte importância desse tipo de caracterização no que diz respeito à visão que os candidatos pretendem projetar frente ao eleitorado. Percebe-se uma forte tendência por esses indivíduos de se apresentar através de uma proximidade, como o “candidato de determinada empresa”, “candidato de determinado bairro” ou até mesmo o “candidato próximo de uma pessoa querida pela comunidade”.

Em todos os casos, verifica-se que o enfoque é direcionado não às qualidades que aquela pessoa poderia apresentar frente à gestão pública, como alguém que possui qualidades para ocupar um cargo político. O que ocorre, na verdade, é que esses

candidatos se ancoram em outros fatos e buscam demonstrar, através de suas afiliações, porque a população deveria votar neles. Assim, a legitimidade da candidatura é atravessada por motivos afetivos, isto é, pela evocação de um componente emotivo, o que está de acordo com as postulações de autores como Holanda (2014[1936]) e Damatta (1986) a respeito das peculiaridades do pensamento social brasileiro.

5.3 Hipocorísticos e apelidos

Outra categoria bastante presente, quase tão frequente quando os prenomes/apelidos seguidos de referencial diz respeito aos hipocorísticos ou apelidos, que possivelmente refletem não só a forma como tais candidatos são referenciados em círculos privados, mas também na cidade de forma geral. Essa categoria também apresenta grande variação, com antropônimos que representam hipocorísticos comuns a um dado nome, por exemplo, ou apelidos inusitados. Para ilustrar, demonstramos dois casos nos exemplos 16 e 17.

(16) Nome de registro civil: Maria Aparecida Vilhena Falabella

Nome de urna: Cida Falabella

(17) Nome de registro civil: Flávio Adriano Rodrigues Silva

Nome de urna: Neném Tatu

O exemplo 16 trata da candidata Cida Falabella, de Belo Horizonte, cujo nome de urna conta com um hipocorístico comum ao nome *Aparecida*, o que é bem diferente do observado no exemplo 17, em que não há qualquer ligação entre o apelido contido no nome de urna e o nome de registro civil do candidato do município de Três Marias. A escolha por um apelido inusitado como *Neném Tatu* pode ser, assim, reflexo do desejo por apresentar ao eleitorado uma feição que pode trazer simultaneamente familiaridade — pois demonstra como o candidato é conhecido — e um componente afetivo, ignorando a formalidade inerente ao cargo de vereador. Mais uma vez, ecoam

os pressupostos de Holanda (2014 [1936]) no que diz respeito a como esses indivíduos são escolhidos para exercer funções públicas no Brasil.

5.4 Cargo ou profissão

Outra categoria presente nos dados diz respeito aos nomes que evocam uma profissão, especialmente os cargos de professor/a ou algum posto ou graduação militar, conforme mencionado anteriormente em estudos anteriores (Amaral; Coutinho, 2022; Soares, 2017). Quando se utiliza essa estratégia na composição do nome de urna, normalmente o cargo aparece anteposto ao prenome, sobrenome ou apelido/hipocorístico, conforme demonstram os exemplos 18 e 19. Para os professores, é comum o uso do prenome, enquanto candidatos que possuem cargos militares — conforme tradição militar — usam os sobrenomes.

(18) Nome de registro civil: Wender Garcia de Oliveira

Nome de urna: Professor Wender

(19) Nome de registro civil: Antonio Claret do Santos

Nome de urna: Coronel Claret

Identificamos, também, a presença de outras profissões. Vale ressaltar que a presença de demais profissões conta, quase sempre, com a ordem inversa, sendo o cargo posposto ao nome do indivíduo. É possível que isso seja causado pelo fato de que algumas profissões (como professor ou algum cargo militar) sejam usados como títulos, enquanto as demais estejam ali como componente de ordem descritiva. Isso ocorre no exemplo 20.

(20) Nome de registro civil: Vinicius Melo Costa

Nome de urna: Vinicius Melo Advogado

Há também uma única ocorrência de um cargo seguido de referente externo, mais especificamente o disposto no exemplo (21), em que a candidata especifica seu

local de trabalho, a Escola Estadual Patrício Ferreira Gomes. Isso ocorre, possivelmente, por ser a candidata uma figura conhecida por seu cargo na região, explicitando uma relação não só de autoridade através de sua profissão, mas de proximidade a uma comunidade específica.

(21) Nome de registro civil: Adriana Luiz dos Santos

Nome de urna: Adriana Diretora do Patrício

O uso de diferentes profissões no nome de urna pode ser indicativo de diferentes questões. É possível argumentar, por exemplo, que o candidato esteja se apresentando enquanto leal a uma determinada classe profissional, i.e., como alguém que na política defenderá os interesses dessas pessoas. O uso de postos e graduações militares, por outro lado, parece indicar não somente um comprometimento com essa classe, mas uma espécie de posicionamento moral dentro da sociedade; a defesa de uma determinada maneira de ver o mundo que está intrinsecamente atrelada a essa profissão. Outras profissões podem indicar, também, que o candidato é conhecido na cidade por conta de seu ofício, sendo possível identificar candidatos que se apresentam como dentistas, taxistas, pedreiros, topógrafos etc.

Com relação a ofícios ligados a atividades religiosas, como a profissão “pastor”, foi possível identificar somente uma ocorrência, o que pode indicar que o uso desse tipo de atividade no nome de urna não é tão atraente para o eleitorado como patentes militares ou o cargo de professor.

(22) Nome de registro civil: Fabiano Souza da Cruz

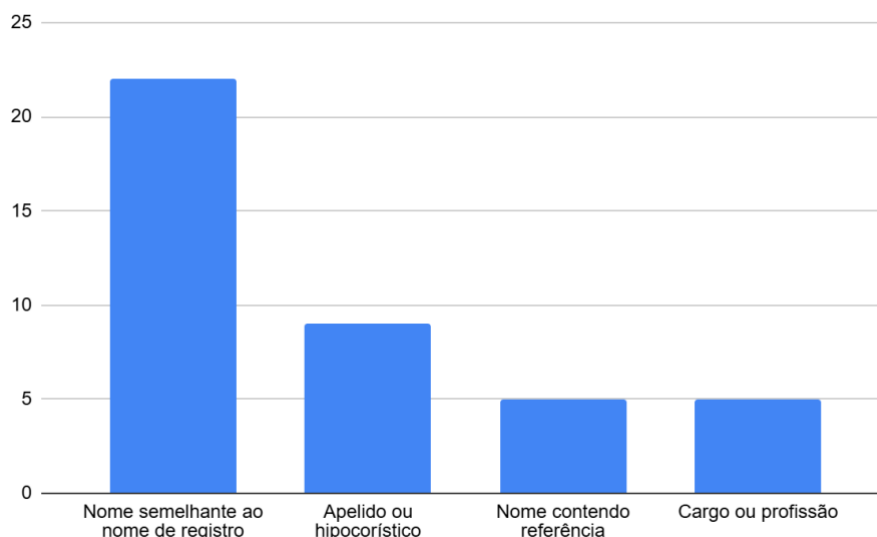
Nome de urna: Pastor Fabiano

5.5 Comparação entre Belo Horizonte e municípios do interior

Por fim, buscamos comparar a distribuição desses nomes na capital e nos municípios do interior, para investigar se haveria uma disparidade muito grande entre

eles. A seguir, estão dispostos no Gráfico 1 os tipos de nomes empregados na capital mineira.

Gráfico 01 - Nomes de urna em Belo Horizonte.

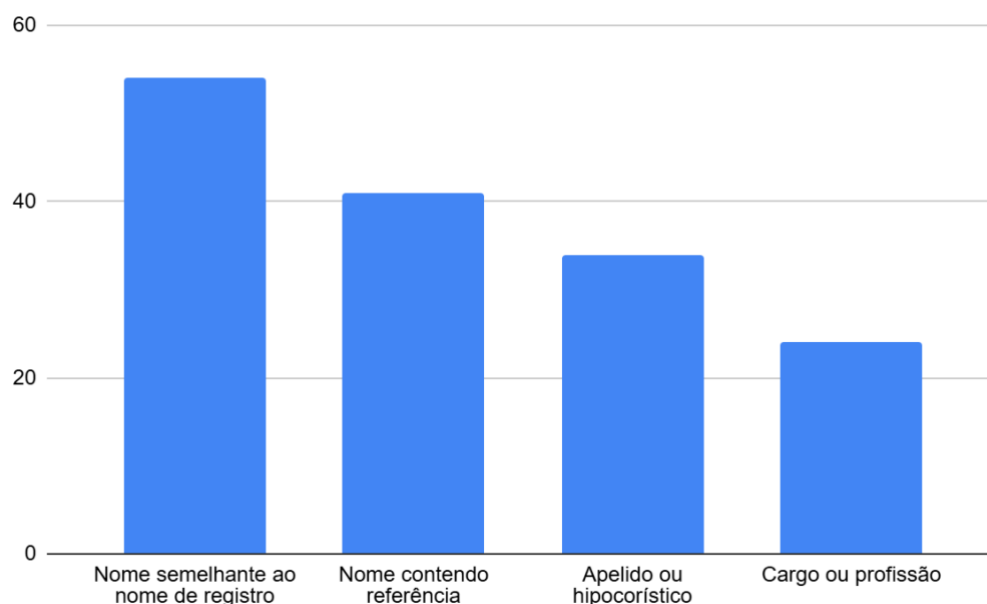


Fonte: Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral, 2025.

A partir dos dados acima, é possível notar como os nomes que se assemelham ao nome de registro civil compreendem mais da metade dos dados, sendo eles os mais comuns na capital de Minas Gerais. Em seguida, os nomes de urna mais frequentes são hipocorísticos ou apelidos e, por fim, com o mesmo número de ocorrências, temos os nomes que contêm referência a uma entidade e nomes que trazem algum cargo ou profissão.

Em seguida, apresentamos o Gráfico 2 com a disposição dessas categorias nos municípios do interior:

Gráfico 2 - Nome de urna em municípios do interior de Minas Gerais.



Fonte: Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral, 2025.

No gráfico 2, é possível notar uma grande diminuição na presença de nomes de urna semelhantes ao nome de registro civil, mesmo que esse tipo de nome ainda seja o mais frequente em municípios do interior. Parece haver, contudo, uma tendência maior no interior a candidatos empregando nomes mais divergentes, especialmente aqueles que apresentam referências a entidades externas ou apelidos e hipocorísticos. Por exemplo, em um dos municípios analisados, Pimhuí, na mesorregião Oeste de Minas Gerais, não há qualquer ocorrência de nomes de urna semelhantes ao nome de registro civil. É evidente que os dados aqui analisados são poucos e dificilmente refletem a realidade de todo o estado de Minas Gerais, mas eles são interessantes para uma primeira avaliação desse tipo de fenômeno.

6. Análise

Apesar de a categorização e distribuição dos nomes realizadas acima serem relevantes, é necessário olhar para esses dados com minúcia para entender exatamente se nossa hipótese — de que o caráter afetivo dos nomes de urna é mais expressivo no

interior do estado — se sustenta. Como este é um trabalho realizado somente a partir de uma amostra de dados, sem contato com o contexto político de cada um desses municípios, não é possível entender cada caso em sua especificidade. Assim, entenderemos como questões mobilizadores de algum tipo de afetividade entre candidato e eleitorado aqueles elementos do nome de urna que remetam a algo específico, como um bairro ou empresa, ou um hipocorístico.

Em Belo Horizonte, destacam-se alguns nomes que divergem do nome civil do candidato, mas esses em sua maioria representam hipocorísticos e apelidos que pouco evocam um laço de afetividade conforme descrito anteriormente. Nomes como *Cida Falabella*, já mencionada, ou *Maninho Félix*, apelido de Glauton Santiago Félix de Jesus, apresentam os candidatos através de alcunhas pelas quais eles possivelmente são conhecidos na cidade⁶. Apesar de ser possível notar estratégias diversas de legitimação de uma candidatura, o aspecto pessoal parece ser de particular relevância quando lembramos de todas as discussões travadas a respeito dessa questão na sociologia brasileira.

Retomando Sérgio Buarque de Holanda, torna-se possível traçar um paralelo que explica bem a organização desses nomes no processo eleitoral.

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. [...] O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras (Holanda, 2014 [1936]).

⁶ *Cida Falabella* é também o nome artístico da parlamentar. *Maninho Félix*, por outro lado, representa o apelido através do qual o vereador é conhecido na cidade e também seu nome parlamentar.

Assim, diferentes estratégias são empregadas com esse fim, destacando-se duas: o uso de apelidos e o uso de referentes externos. Casos como o supracitado Pedro Patrus, por exemplo, que usa o prenome do pai (que não é parte do seu nome de registro civil) como nome de urna e como nome parlamentar⁷, ilustram particularmente bem como isso ocorre. Ainda que o candidato tenha um longo histórico de participação em movimentos sociais e um currículo voltado à atuação em questões de ordem pública, esses não são os fatos ressaltados no nome de urna adotado, mas sim sua filiação paterna. É por meio da figura do pai, reconhecido político mineiro, que Pedro Patrus se apresenta perante a população, quase como sendo uma extensão daquilo que seu pai representa, tornando-se possível argumentar que existe a construção de uma imagem pautada no legado familiar.

Por outro lado, candidatos como o também supracitado Toco do Inhaí demonstram uma filiação de outro tipo. Para esse candidato, o que o legitima é o local onde reside e onde possivelmente é conhecido pela população. Mais uma vez, é o tipo de nome de urna que ressalta o comprometimento do candidato não com toda a população de um município, mas com a região específica onde o candidato reside. Não é estranho que esse tipo de candidatura ocorra, visto que é comum que, em todos os níveis de um governo, exista um foco em determinada região em detrimento de outras.

Contudo, é impossível negar que esse modo de se apresentar como candidato ressalta um forte aspecto afetivo, ou seja, esse é um candidato em quem deve-se votar porque seu próprio nome reforça seu comprometimento com aquela região, com seus vizinhos. Aos olhos do eleitorado, não necessariamente esse é um candidato que possui qualidades que o possibilitem realizar um bom trabalho na administração pública, mas o vínculo pessoal que ele apresenta com a comunidade certamente fará com que ele “cuide” dessa população.

⁷ <https://www.cmbh.mg.gov.br/vereadores/pedro-patrus>. Acesso em: 8 abr. 2025.

7. Considerações finais

Os dados analisados demonstram que existe em Minas Gerais uma forte presença de nomes de urna baseados em referências a entidades externas ou hipocorísticos e apelidos, não só no interior do estado, como também na capital, Belo Horizonte. Diversos são os motivos que explicam esse fenômeno.

Neste trabalho, buscamos propor que um deles diz respeito à própria formação do pensamento social brasileiro, explicado por diversos sociólogos ao longo da história do país. Mais especificamente, demonstramos como muitos candidatos usam o nome de urna como um recurso para atrair eleitores através de um componente emocional, o que pode ocorrer de diferentes maneiras.

É importante pontuar que essa discussão tem como foco somente um aspecto de um processo social complexo, portanto é impossível trazer aqui afirmações definitivas sobre as estratégias de candidatos ao cargo de vereador. É interessante, contudo, como os nomes de urna fornecem pistas muito esclarecedoras a respeito da imagem que esses candidatos almejam projetar, de modo a estabelecer uma conexão com o eleitorado por meio de, especialmente, sua filiação com empresas, bairros/distritos ou com figuras locais proeminentes.

As questões avaliadas aqui corroboram estudos anteriores que também demonstram a forte presença de hipocorísticos e apelidos em cargos de vereadores, entre outros elementos (Amaral; Coutinho, 2022; Boas, 2014; Santos, 2024; Soares, 2017). Novamente, é necessária a realização de trabalhos mais robustos para entendermos como esse fenômeno opera Brasil afora, em diferentes regiões cuja realidade está sujeita a diferentes fatores.

Ainda assim, é interessante notar como pressupostos tão antigos do pensamento social brasileiro ajudam a entender até mesmo a formação dos nomes de urna no Brasil. Noções como o “jeitinho brasileiro”, o “homem cordial” e o patrimonialismo que faz com que a classe política aja frequentemente para benefício próprio (Holanda, 2014[1936]; Schwarcz, 2019) ainda estão muito vivas em diferentes

esferas da nossa sociedade. Dessa forma, os nomes de urna empregados nas eleições para vereador em Minas Gerais são um bom exemplo para ilustrar justamente como operam tais pressupostos do pensamento social brasileiro e como eles permeiam os mais diversos processos sociais e políticos no país.

Referências

AINIALA, T. Names in Society. In: HOUGH, C. (Ed.). **The Oxford Handbook of Names and Naming**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 371-381.

AMARAL, E. T. R.; MACHADO, V. B. Nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto. **Revista GTLex**, v. 1, n. 1, p. 52-65, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex1-v1n1a2015-4>. Acesso em: 30 de julho de 2025.

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. **Nomes próprios de pessoa**: introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020.

AMARAL, E. T. R.; COUTINHO, D. N. Formação de nomes de urna de candidatos ao cargo de deputado federal no período de 2002 a 2018. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 30, n. 1, p. 113-136, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.30.1.113-136>. Acesso em: 30 de julho de 2025.

AMARAL, E. Análise do nome de urna de candidatos a cargos eletivos a partir dos direitos de personalidade e do princípio da isonomia. **Paraná Eleitoral – Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política**, v. 11, n. 1, p. 63-94.

AMARAL, E. The influence of identity and social factors in the selection of anthroponyms for political life in Brazil. In: FELECAN, O.; BUGHEȘIU, A (Orgs.). **Proceedings of the Sixth International Conference on Onomastics “Name and Naming”**: (In)Correctness in onomastics. Cluj-Napoca: Editura Mega, 2023. p. 17-30.

BOAS, T. C. Pastor Paulo vs. doctor carlos: professional titles as voting heuristics in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, vol. 6, n. 2, p. 39-72, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1866802X1400600202>. Acesso em: 6 maio 2020.

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.

DAMATTA, R. **O que faz do brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1936].

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990.

SANTOS, W. N. **Estudo sócio-onomástico de nomes de urna no português brasileiro**. 2024. Tese (Doutorado em Linguística) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SCHWARCZ, L. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOARES, P. S. L. O aumento da inclusão de postos e graduações militares em nomes de urna como um indicador de mudanças no imaginário social brasileiro. *Revista GTLex*, v. 3, n. 1, p. 169-182, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex5-v3n1a2017-10>. Acesso em: 23 dez. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Portal de dados abertos do TSE**, 2025. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: 30 de janeiro de 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos para as eleições**. Brasília: DJE-TSE, nº 249, p. 109-125, 27 dez. 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-609-de-18-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2025.

WALTHER, H. Aufgaben und Ziele der Namenforschung. In: EICHLER, E.; WALTHER, H. (Eds.). **Namenforschung Heute: Ihre Ergebnisse und Aufgaben in der Deutschen Demokratischen Republik**. Berlin: de Gruyter, 1971. p. 31-41.

Artigo recebido em: 03.06.2025

Artigo aprovado em: 23.07.2025